



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0007155-20.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
 Documento de Origem: **IP - 245/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Paulo Vicente Piazza Filho**  
 Vítima: **JP LOCAÇÕES e outros**

Aos 21 de julho de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Dr. Rafael Amâncio Briozo** Presente o réu Paulo Vicente Piazza Filho, acompanhado de defensor, **Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro - Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** "MM. Juiz: PAULO VICENTE PIAZZE FILHO, qualificado a fls 19, obteve para si vantagem ilícita em prejuízo da vítima JP LOCAÇÕES, induzindo Jeslene da Silva e Souza e Carlos Alberto Garcia a erro mediante meio fraudulento. O réu fez se passar por Afonso Alvim e locou de Luiz Fernando a chácara denominada "Rancho Fundo". O réu forneceu documentos em nome de Afonso Alvim para formalizar o contrato de locação. No dia seguinte ao aluguel da chácara o réu, ainda se fazendo passar por Afonso Alvim, alugou de Jeslene Silva e Souza cadeiras e mesas. A vítima Carlos Alberto foi recepcionada por Afonso Alvim na chácara Rancho Fundo. Nesta, foram deixadas 49 mesas e duzentas e cinquenta cadeiras. Convencionou-se que o pagamento seria realizado no dia em que as cadeiras e mesas fossem retiradas, o que não ocorreu porque no dia combinado Carlos retornou á chácara e não encontrou o réu tampouco seus objetos e o pagamento. Durante investigações, a Polícia Civil identificou o denunciado, que foi prontamente reconhecido pela vítima Carlos. A ação é procedente. O réu é confesso. A confissão do réu restou corroborada pela prova oral colhida nesta data e pela prova documental encartada nos autos. O réu ostenta péssimos antecedentes e é reincidente. A pena deverá ser majorada e agravada. Em favor dele há a atenuante da confissão. Pela reincidência e seus maus antecedentes, incabível a concessão e qualquer benefício e imperiosa a fixação de regime inicial fechado. Diante do



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

exposto, insisto no pedido de condenação do réu nos exatos termos da denúncia. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o reconhecimento da atenuante. Requer-se pena mínima, regime semiaberto, benefícios legais e a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. PAULO VICENTE PIAZZE FILHO, qualificado a fls 19, obteve para si vantagem ilícita em prejuízo da vítima JP LOCAÇÕES, induzindo Jeslene da Silva e Souza e Carlos Alberto Garcia a erro mediante meio fraudulento. O réu fez se passar por Afonso Alvim e locou de Luiz Fernando a chácara denominada “Rancho Fundo”. O réu forneceu documentos em nome de Afonso Alvim para formalizar o contrato de locação. No dia seguinte ao aluguel da chácara o réu, ainda se fazendo passar por Afonso Alvim, alugou de Jeslene Silva e Souza cadeiras e mesas. A vítima Carlos Alberto foi recepcionada por Afonso Alvim na chácara Rancho Fundo. Nesta, foram deixadas 49 mesas e duzentas e cinquenta cadeiras. Convencionou-se que o pagamento seria realizado no dia em que as cadeiras e mesas fossem retiradas, o que não ocorreu porque no dia combinado Carlos retornou á chácara e não encontrou o réu tampouco seus objetos e o pagamento. Durante investigações, a Policia Civil identificou o denunciado, que foi prontamente reconhecido pela vítima Carlos. Recebida a denúncia (fls.89), foi ela mantida após defesa preliminar (fls.104/105), sem absolvição sumária (fls.107). Nesta audiência, foram ouvidas as vítimas, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação sem concessão de benefícios legais. A defesa pediu reconhecimento da confissão, a pena mínima, regime semiaberto e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Houve contrato de locação feito com identidade falsa (fls. 22). O réu valeu-se deste expediente para obter vantagem ilícita. Esta bem configurado o estelionato. A condenação é de rigor. O réu é reincidente (fls. 66 e 85/87). Foi condenado anteriormente por crimes de estelionato. A execução nº 04 (fls. 86) configura a reincidência e as outras condenações (execuções 01 a 03) indicam maus antecedentes (fls. 85/86). Ante ao exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Paulo Vicente Piazzze Filho, como incurso no artigo 171, caput, c.c. art.61, I, e 65, III, “d”, todos do Código penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando as execuções 01, 02 e 03 (fls. 86/86), configuradoras de maus antecedentes, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal em 01(um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 15(quinze) dias-multa, no mínimo legal. A reincidência compensa-se com a confissão e mantém a sanção inalterada ficando fixada a pena definitiva de **01(um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 15(quinze) dias-multa**, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Também pela reincidência, considerando que o réu persiste no ilícito do mesmo tipo praticado em todas as outras condenações, indicando ausência de ressocialização, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do artigo 33 e parágrafos do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não é possível a concessão de *sursis* ou pena restritiva de direitos, nos termos dos


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

artigos 77, I e II, e 44, II e III, c.c. § 3º, do CP. O réu não está preso por este processo. Poderá apelar independentemente do recolhimento à prisão. **Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão.** Sem custas, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):